



MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 08.684.547/0001-65
NIRE 31.300.026.485

MENSAGEM DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os documentos relativos às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Diretoria.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Notas	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	246.703	118.388	153.419	92.059
Contas a receber de clientes	8	579.171	394.478	397.440	376.762
Estoques	9	1.003.468	891.085	815.668	749.698
Dividendos		-	-	39.128	18.908
Tributos sobre o lucro a recuperar		66.233	58.129	25.400	18.644
Outros tributos a recuperar	10	152.630	118.436	103.534	91.628
Outros ativos		11.019	11.978	9.207	10.737
		2.059.224	1.592.494	1.543.796	1.358.436
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Outros tributos a recuperar	10	134.285	281.885	81.175	242.242
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	32.863	94.479	-	47.697
Depósitos judiciais	18	24.630	22.332	21.299	19.388
Créditos com partes relacionadas	25.2	86.491	90.162	86.057	89.586
Investimentos	12	-	-	615.942	456.195
Propriedade para Investimentos	6.1	16.662	16.662	-	-
Imobilizado	13	1.739.538	1.550.391	868.203	763.339
Intangível	15	1.084.198	1.078.124	1.080.524	1.073.107
		3.118.667	3.134.035	2.753.200	2.691.554
Total do ativo		5.177.891	4.726.529	4.296.996	4.049.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro

Exercícios findos em 31 de dezembro	Notas	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Receita de contratos com clientes	21	2.734.571	2.023.295	2.340.656	1.821.868
Custo dos produtos e serviços vendidos	22	(2.035.564)	(1.376.920)	(1.946.411)	(1.490.879)
Lucro bruto		699.007	646.375	394.245	330.989
Recargas (despesas) operacionais					
Vendas	22	(140.143)	(259.759)	(122.153)	(192.564)
Gerais e administrativas	22	(231.967)	(303.713)	(175.208)	(203.334)
Resultado de equivalência patrimonial	12	-	-	199.343	75.570
Impairment de ativo sobre os investimentos	12	-	(495.386)	-	(495.386)
Resultado na venda de investimento	12	-	37.744	-	37.744
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(14.856)	160.693	(14.541)	139.678
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		312.041	(214.046)	281.686	(307.303)
Resultado financeiro	23	287.606	1.087.170	214.354	1.040.888
Receitas financeiras		(190.687)	(255.069)	(132.242)	(128.614)
Despesas financeiras		96.919	832.101	82.112	912.274
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		408.960	618.055	363.798	604.971
Imposto de renda e contribuição social	11	(115.261)	63.851	(70.099)	76.935
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		293.699	681.906	293.699	681.906
Resultado das operações descontinuadas	12.c	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício após as operações descontinuadas		293.699	681.906	293.699	681.906
Lucro líquido por ação		1,09	3,23	1,09	3,23
Lucro líquido por ação das operações descontinuadas		-	0,56	-	0,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Saldo em 1º de janeiro de 2021	Notas	Reserva de capital		Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Total
		Capital social	Reserva especial Lei 8200/91	Reserva especial de ações outorgadas	Reserva para incorporação		
		1.576.215	5.973	18.670	88.874	-	2.762.415
Lucro do exercício	20	-	-	-	-	293.699	293.699
Aporte de capital social	20	678.105	-	-	-	-	678.105
Redução de capital social	20	(1.664.537)	-	-	-	-	(1.664.537)
Absorção do prejuízo de exercícios anteriores	20	-	(5.973)	-	-	5.973	-
Constituição de reserva legal	20	-	-	-	30.891	(30.891)	-
Constituição de reserva de contingências	20	-	-	-	-	185.348	185.348
Distribuição de dividendos	20	-	-	-	-	(100.397)	(100.397)
Constituição de reserva para investimentos	20	-	-	-	301.189	(301.189)	-
Avaliação atuarial com benefício de aposentadoria	20	-	-	-	-	36.847	36.847
Imposto diferido sobre avaliação atuarial	20	-	-	-	-	(12.528)	(12.528)
Varição cambial de investimentos e ativo no exterior	20	-	-	-	-	(1.149.725)	(1.149.725)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		589.783	-	18.670	88.874	301.189	1.350.006
Lucro do exercício	20	-	-	-	-	293.699	293.699
Aporte de capital social	20	705.505	-	-	-	-	705.505
Constituição de reserva legal	20	-	-	-	14.685	(14.685)	-
Distribuição de dividendos	20	-	-	-	-	(69.754)	(69.754)
Constituição de reserva para investimentos	20	-	-	-	209.260	(209.260)	-
Avaliação atuarial com benefício de aposentadoria	20	-	-	-	-	4.593	4.593
Imposto diferido sobre avaliação atuarial	20	-	-	-	-	(1.850)	(1.850)
Varição cambial de investimentos	20	-	-	-	-	6.597	6.597
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.295.288	-	18.670	88.874	510.449	2.288.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional
A Magnesita Refratários S.A. (a "Companhia", "Magnesita Refratários" ou "RHI Magnesita"), controlada indiretamente pela RHI Magnesita N.V., é uma sociedade anônima de capital fechado, juntamente com suas controladas ("Grupo Magnesita" ou "Grupo"), dedica-se, principalmente, à fabricação de refratários, produto essencial nos processos industriais que utilizam temperaturas elevadas. Seus produtos são constituídos, principalmente, à base de magnesita ou dolomita e apresentam-se nas mais variadas formas, sendo as principais: tijolos, massas, argamassas e concretos. Aproveitando a sinergia com os clientes, a Companhia ainda presta serviços de manutenção e montagem refratária. Além disso, o Grupo atua no segmento de processamento e comercialização de minerais industriais, como magnésia clástica, sínter de magnesita e sínter de dolomita. Além da planta situada em Contagem/MG, Brasil (sede da Companhia), a Companhia possui controladas diretas e indiretas, holdings, plantas para produção, unidades comerciais, de mineração ou não operacionais, cujas informações estão incluídas nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 26 de outubro de 2017, o Grupo Magnesita e o Grupo RHI concluíram o acordo para combinar as suas operações e passaram a ser integrantes do mesmo grupo econômico, líder em soluções refratárias. A Dutch Brasil Holding B.V., controlada da RHI Magnesita N.V. ("RHI Magnesita") possuiu a ser detentora de 100% do capital social da Companhia. Em 23 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu o deferimento do cancelamento de registro como emissora de valores mobiliários na categoria A, em vista do cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. A partir dessa data, a Companhia passou a ser uma companhia fechada e as ações de sua emissão deixaram de estar listadas para negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou em qualquer outro mercado organizado. Em 25 de agosto de 2021, o grupo RHI Magnesita implementou o projeto "Inversion", com o objetivo de simplificar e otimizar a estrutura societária e tributária do RHIM. O projeto "Inversion" abordou o reposicionamento e consolidação de subsidiárias, através da transferência dos investimentos estrangeiros detidos na cadeia societária pela Magnesita Refratários S.A. ("MAGBR") para a Dutch Brasil Holding BV ("DUBRASIL"), apresentado na nota explicativa 12. A emissão dessa demonstração financeira foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 28 de abril de 2023. (a) **Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Desde o início da pandemia, em março de 2020, a Magnesita Refratários vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos e outros possíveis desdobramentos nos países em que as partes relacionadas atuam. Neste cenário, a Magnesita Refratários vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. As avaliações mais relevantes estão comentadas a seguir: • Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; • Mensurações a valor justo; • Valor realizável de estoques; • Realização de créditos tributários, incluindo IR/CS diferidos; • Renegociação de contratos de arrendamentos; • Reconhecimento de receita; • Cumprimento de obrigações financeiras e não financeiras; • Continuidade operacional; • Interrupções na cadeia de suprimentos; • Redução de receita; • Potenciais inadimplências financeiras e/ou não financeiras; • Liquidez, rebatimentos de crédito, entre outros. Com base nas análises mencionadas acima, não foram observados impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia. (b) **Efeitos do conflito Rússia-Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Federação Russa iniciou uma invasão militar à Ucrânia. O conflito, com as sanções econômicas ao petróleo russo que o seguiram, resultou em inflação do preço internacional do óleo combustível, com o índice Brent Oil Crude atingindo o pico de USD 133 por barril em março de 2022. Este aumento impactou o custo do produto da Companhia no período. Além disso, em meio ao contexto de instabilidade política como este, além do combustível óleo, o preço do gás e, portanto, da energia em geral, já tende a apresentar uma alta, elevando os custos dos processos produtivos e dos transportes. Por essa razão, a administração aprovou, em 2022, uma política para operação de derivativos NDF (Non-deliverable forward), com o objetivo de mitigar os efeitos da volatilidade do preço do óleo combustível. Os primeiros contratos de derivativo foram firmados apenas no exercício subsequente. Adicionalmente, a Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimento para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. (c) **Mudanças climáticas e medidas ESG.** Em 2019 o Grupo RHI Magnesita anunciou seu compromisso para redução da intensidade de emissões de CO₂ em 15% em 2025, comparado ao saldo base de 2018. Os esforços da RHI Magnesita para se tornar referência em desenvolvimento sustentável no setor abrangem diversas iniciativas. Uma das principais é a meta de 10% de utilização de matérias-primas secundárias em toda a sua cadeia até 2025. A Companhia possui uma equipe dedicada ao crescimento do negócio de economia circular, que tem alcançado excelentes resultados, principalmente na América do Sul. A equipe de reciclagem tem trabalhado em conjunto com a equipe de Vendas e Serviços para fornecer soluções de descarte de resíduos aos nossos clientes. A Companhia assinou um contrato circular

com a Ternium CSA para destinar 100% do refratário gasto da usina; coletou mais de 80% do refratário gasto produzido por todas as cimenteiras do Brasil; e adquiriu resíduos refratários da AmBev para gerar conhecimento e tecnologia de reciclagem da indústria vidreira. Além da coleta de resíduos no mercado, a Companhia tem trabalhado para aproveitar os resíduos gerados pela própria RHI Magnesita. Que inclui: • a recuperação de tijolos refratários dos fornos de Brumado; • a recuperação de coprodutos e resíduos da usina de Ponte Alta; Como resultado de todo esse trabalho, a TR (Taxa de Reciclagem) da região atinge 9,1%, uma referência para toda a Companhia. Pela primeira vez, a unidade do Vale do Aço - única fábrica do Brasil com licença ambiental para produção de materiais reciclados - atingiu volume suficiente para operar em dois turnos completos, demandando aumento de mão de obra e infraestrutura. Outra medida importante para redução das emissões, é o projeto para implementar uma substituição do consumo de óleo combustível nas atividades de mineração por gás natural a partir de 2026.

2. Resumo das principais políticas contábeis
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas abaixo. Políticas contábeis de transações consideradas não relevantes não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério. **2.1 Base de preparação e declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **2.19 Normas, alterações e interpretações de normas:** 2.19.1 - **Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:** • Alteração ao IAS 37/CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. • Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual: (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de explicar o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1/CPC 37 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. As alterações acima não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.19.2 - Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pela Companhia:** As IFRSs a seguir foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Lucro do exercício	293.699	799.826	293.699	799.826
Ajustes	-	(117.920)	-	(117.920)
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-
Efeitos de reestruturação societária	-	-	-	-
Variações monetárias/cambiais líquidas (Nota 23)	(136.041)	(93.670)	(92.483)	(92.483)
Encargos de juros (Nota 23)	71.904	57.108	44.454	28.387
Depreciação e exaustão (Nota 13)	133.854	144.764	57.192	62.673
Amortização do intangível (Nota 15)	11.998	10.320	10.388	9.245
(Constituição) reversão de reserva para reparação ambiental (Nota 13)	(7.786)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 12)	-	-	(199.343)	(75.570)
Perdas com impairment (Nota 13)	-	9.113	-	-
Impairment de ativo sobre os investimentos (Nota 12)	-	495.386	-	495.386
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	61.616	(73.185)	47.738	(78.166)
Provisão para estoques obsoletos (Nota 9)	10.700	(29.612)	9.151	7.233
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(736)	10.664	(579)	10.273
Provisão para contingências (Nota 18)	(3.843)	(33.183)	(4.227)	622
Reversão para contrato oneroso e ajuste a valor presente	2.516	16.766	-	-
Provisão para contrato oneroso	38.344	(15.612)	310	9
Constituição de ajuste a valor justo de propriedade para investimento (Nota 6.1)	-	(360)	-	-
Baixa de fair value da propriedade para investimento (Nota 6.1)	-	14.216	-	-
Resultado na venda de investimento	-	(37.744)	-	(37.744)
Outros	43.681	63.645	2.084	43.685
	519.906	440.385	165.197	1.888.993
(Acréscimo) decréscimo de ativos				
Contas a receber de clientes	(182.403)	82.529	(18.683)	(162.232)
Estoques	(123.082)	(458.289)	(75.120)	(411.144)
Impostos a recuperar	105.302	(140.423)	142.405	(167.775)
Outros ativos	(1.341)	38.936	(290)	9.930
	(201.524)	(477.247)	48.312	(731.221)
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Fornecedores	(466.960)	476.500	(659.879)	291.939
Tributos a recolher	9.516	(76.168)	5.633	(17.518)
Salários, provisões e contribuições sociais	16.888	(35.756)	15.555	5.254
Outros passivos	6.034	(81.489)	16.844	(38.528)
	(434.522)	282.637	(621.847)	241.147
Imposto de renda e contribuição social pagos	(32.442)	(11.763)	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 17)	(1.516)	(1.897)	(1.516)	(1.897)
Pagamentos de juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 25.3)	(58.735)	(63.564)	(38.646)	(31.165)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais	(208.833)	168.551	(448.590)	1.365.857
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Alienação de propriedade para investimento (Nota 6.1)	-	14.300	-	-
Baixas de imobilizado (Nota 13)	6.329	13.396	1.160	4.039
Baixas de intangível (Nota 15)	-	3.257	-	2.787
Adições de imobilizado (Nota 13)	(321.544)	(567.820)	(163.216)	(319.173)
Adições de intangível (Nota 15)	(18.072)	(3.117)</		

MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 08.684.547/0001-65 - NIRE 31.300.026.485

do resultado como parte de ganho ou perda da venda. Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. **3.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo com resgate em até 90 (noventa) dias, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor justo. **3.5 Ativos financeiros:** **3.5.1 Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócios do Grupo para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: • Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que o Grupo decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e o Grupo considera essa classificação como sendo mais relevante. • Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios do Grupo é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. • Derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados nas demonstrações de resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo não possui operações de derivativos. **3.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **3.5.3 Mensuração:** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/perdas. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/perdas e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas, no período em que ocorrerem. **Instrumentos patrimoniais:** O Grupo subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração do Grupo escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de o Grupo receber pagamentos é estabelecido. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/perdas na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo. **3.5.4 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5.5 Impairment de ativos financeiros:** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **3.6 Passivos financeiros:** **3.6.1 Reconhecimento e mensuração:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.6.2 Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação contratual for revogada, cancelada ou expirar. São modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado. **3.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais aplicáveis. As provisões de estoques para baixa rotatividade e estoques obsoletos são constituídas de acordo com as políticas do Grupo. **3.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **3.9 Investimentos:** **3.9.1 Investimentos em empresas controladas:** Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados na controladora pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa ou receita operacional. **3.10 Propriedades para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **3.11 Imobilizado:** O imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição ou construção, deduzida a depreciação e, quando aplicável, reduzido ao seu valor recuperável (*impairment*), se aplicável. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica do componente, enquanto o componente substituído é baixado. Os custos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. A exaustão das jazidas é calculada de acordo com o volume de minério extraído (ou seja, unidades de produção). A vida útil e o valor residual dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados prospectivamente, quando for o caso. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos no resultado. **3.12 Ativo intangível:** a) **Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são segregadas por segmento operacional. b) **Softwares:** Licenças adquiridas de terceiros são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os programas e prepará-los para uso. Os custos com *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na Nota 15. **3.13 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente

(Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). A unidade geradora de caixa à qual o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) tiver sido alocado deve ser testada sempre que verificar a necessidade de redução ao valor recuperável e sempre que houver indicação de que a unidade possa estar desvalorizada, comparando-se seu valor contábil, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), com o valor recuperável da unidade. O teste anual de redução ao valor recuperável foi realizado na data-base 31 de julho de 2022 para todas as unidades geradoras de caixa à qual tenha ocorrido alocação de ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), conforme descrito na nota 15.1. **3.14 Provisão para obrigações com reparação ambiental e desativação de ativos:** O Grupo reconhece provisão para custos de desativação de ativos e reparação ambiental decorrentes das atividades minerárias, com base no valor presente dos custos esperados para reparação e desativação de ativos e áreas referentes às atividades minerárias utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido nas demonstrações do resultado como custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo. **3.15 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.16 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso e sendo preferidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. **3.17 Provisões para demandas judiciais e ativos contingentes:** O Grupo constitui provisões para demandas nas esferas jurídica e administrativa relacionadas a processos trabalhistas, previdenciários, fiscais e civis são reconhecidas quando conclui que tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando obtido um trânsito em julgado favorável, caracterizando o ganho como virtualmente certo. As contingências ativas e passivas relevantes estão divulgadas na Nota 18. **3.18 Benefícios a empregados:** **3.18.1 Plano de suplementação de aposentadoria:** O Grupo participa de planos de pensão, administrados por entidades fechadas de previdência privada, que prevê planos de pensão e outros benefícios pós-emprego aos funcionários. O passivo dos planos de pensão de benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes. Esse passivo é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados não reconhecidos. Com relação aos planos de contribuição definida, o Grupo paga contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Exceto pela parcela relacionada a benefício definido, representada pelos pecúlios de invalidez e morte, para os quais é efetuado cálculo atuarial por atuário independente, após efetuadas as contribuições, o Grupo não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos com pessoal. Os critérios de reconhecimento e mensuração, bem como as premissas atuárias, estão apresentados na Nota 19. **3.19 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **3.19.1 Vendas de produtos:** A receita pela venda de produtos é reconhecida quando o controle dos produtos é transferido para o comprador. O Grupo adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. **3.19.2 Vendas de serviços:** A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. **3.19.3 Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.20 Arrendamento:** O Grupo aluga diversos armazéns, equipamentos e veículos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de seis meses a dez anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; • pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo: • sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; • usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros; e • faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo. O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • quaisquer custos diretos iniciais; e custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. (i) **Pagamentos de arrendamentos variáveis:** Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. (ii) **Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. **4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: a) **Perda (*impairment*) estimada de ativos não financeiros:** Anualmente, o Grupo testa seus ativos não financeiros, como imobilizado, ativo intangível, e ágio para verificação de eventuais perdas (*impairment*), de acordo com a política contábil mencionada na Nota 3.13. Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas significativas. b) **Impostos sobre o lucro corrente e diferido:** O Grupo está sujeito ao tributo sobre o lucro em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando a recuperação em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, bem como as projeções de vendas, de acordo com estudos de viabilidade técnica. c) **Recuperabilidade dos saldos de tributos:** O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. O Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos e os impostos indiretos a recuperar em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, bem como as projeções de vendas, de acordo com estudos de viabilidade técnica. d) **Benefícios de planos de pensão:** O Grupo atualiza das obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuários, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido dos planos de pensão, está a taxa de desconto. O Grupo determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 19.e) **Provisão para contingências:** Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação das chances de perda inclui a análise das evidências disponíveis e o parecer dos assessores jurídicos internos e externos

do Grupo. f) **Provisão para recuperação ambiental:** O Grupo efetua e contabiliza anualmente uma reavaliação do cálculo para provisão de recuperação ambiental, o qual é feito com a ajuda da área de mineração do Grupo. O cálculo considera as minas em atividade, as informações de cava até a data-base das demonstrações financeiras. Cada mina e as premissas históricas para mensuração da despesa com recuperação. A despesa correspondente a cada mina é descontada a valor presente de acordo com sua vida útil. A taxa de desconto utilizada para o cálculo da provisão foi de 9,1%.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro: As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros) risco de crédito e risco de liquidez. Seu programa de gestão de risco global busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo e manter a liquidez desejada. A gestão de risco é realizada pela Tesouraria Central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **Política de gestão de riscos financeiros:** O Grupo não tem a prática de efetuar operações especulativas. Os procedimentos de controles internos do Grupo proporcionam o acompanhamento, de forma consolidada, dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa. Os principais parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos são: taxas de câmbio, taxas de juros e preços de produtos. a) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições ao risco de crédito de clientes, incluindo contas a receber em aberto. A política de vendas do Grupo está subordinada às normas de crédito estabelecidas pela Administração e procura minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é atingido por meio de uma análise criteriosa da classificação de crédito dos clientes, que leva em consideração a capacidade de pagamento de cada cliente, índice de endividamento e balanço patrimonial, e também por meio da diversificação das contas a receber (pulverização do risco). No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, a política é trabalhar com instituições de primeira linha. Considerando o montante total investido, nenhuma instituição financeira detém, isoladamente, mais de 30% do total das aplicações financeiras de curto prazo e demais investimentos. b) **Risco de liquidez:** A política de gestão de ativos e passivos financeiros do Grupo envolve uma análise criteriosa das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e classificação de risco das suas contrapartes, visando auxiliar o Grupo a manter a liquidez desejada, definir nível de concentração de suas operações, controlar o grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e pulverizar o risco de liquidez. A tesouraria monitora diariamente as previsões contidas no fluxo de caixa direto do Grupo para assegurar a existência de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, de investimentos e o devido cumprimento de pagamento das obrigações. A tesouraria investe o excesso de caixa em contas correntes com rendimento de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez para proporcionar margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. c) **Riscos de mercado:** i) **Risco cambial:** O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar norte-americano e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior estão apresentados abaixo em milhares de reais.

31/12/2022 – Consolidado

	Outras moedas			Total
USD	EUR			
Caixa, bancos e TVM	9.399	1.336	-	10.735
Contas a receber, líquidas da provisão para riscos de crédito	287.786	85.201	-	372.987
Crédito com partes relacionadas	86.491	-	-	86.491
Fornecedores	(35.249)	(43.346)	(384)	(78.979)
Mútuos com partes relacionadas	(1.329.929)	(393.615)	-	(1.723.544)
Exposição líquida	(981.502)	(350.424)	(384)	(1.332.310)

2021 – Consolidado

	Outras moedas			Total
USD	EUR			
Caixa e equivalentes de caixa	20.218	308	-	20.526
Contas a receber, líquidas da provisão para riscos de crédito	255.204	47.003	17.312	319.519
Crédito com partes relacionadas	89.380	-	-	89.380
Fornecedores	(345.023)	(215.659)	(368)	(561.050)
Mútuos com partes relacionadas	(1.408.384)	(319.697)	-	(1.728.081)
Exposição líquida	(1.388.605)	(488.045)	16.944	(1.859.706)

31/12/2022 – Controladora

	Outras moedas			Total
USD	EUR			
Caixa, bancos e TVM	4.579	21	-	4.600
Contas a receber, líquidas da provisão para riscos de crédito	159.815	245	-	160.060
Crédito com partes relacionadas	86.057	-	-	86.057
Fornecedores	(29.762)	(20.866)	(384)	(51.012)
Mútuos com partes relacionadas	(741.603)	(393.615)	-	(1.135.218)
Exposição líquida	(520.914)	(414.215)	(384)	(935.513)

2021 – Controladora

	Outras moedas			Total
USD	EUR			
Caixa e equivalentes de caixa	3.905	17	-	3.922
Contas a receber, líquidas da provisão para riscos de crédito	189.941	29.710	-	219.651
Crédito com partes relacionadas	89.380	-	-	89.380
Fornecedores	(342.108)	(202.336)	(368)	(544.812)
Mútuos com partes relacionadas	(787.046)	(319.697)	-	(1.106.743)
Exposição líquida	(845.928)	(492.306)	(368)	(1.338.602)

Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros: O risco de taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política financeira do Grupo destaca que as operações de derivativos, quando existente, têm como objetivo reduzir o risco por meio da substituição de taxas de juros flutuantes por taxas de juros fixas ou substituir as taxas de juros baseadas em índices internacionais por índices em moeda local. Durante 2022 e 2021, os empréstimos do Grupo à taxas variáveis eram mantidos em reais e em dólar. As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos e títulos de dívida de longo prazo reconhecidos no passivo circulante e não circulante estão demonstradas abaixo:

	Consolidado		
	2022	%	2021
Ativo			
LIBOR	86.491	100%	89.346
	86.491	100%	89.346

	Consolidado		
	2022	%	2021
Passivo			
Empréstimos e financiamentos e mútuos com partes relacionadas			
EURIBOR	393.615	23%	941.035
LIBOR	1.329.929	77%	787.046
	1.723.544	100%	1.728.081

	Controladora		
	2022	%	2021
Demais empréstimos não sujeitos a risco de taxa de juros			
Empréstimos pré-fixados	-	-	17.053
Títulos de dívida de longo prazo pré-fixados	-	-	17.053
	1.723.544	100%	1.745.134

	Controladora		
	2022	%	2021
Ativo			
LIBOR	86.057	100%	89.346
	86.057	100%	89.346

	Controladora		
	2022	%	2021
Passivo			
Empréstimos e financiamentos e mútuos com partes relacionadas			
EURIBOR	393.615	35%	319.697
LIBOR	741.603	65%	787.053
	1.135.218	100%	1.106.750

MAGNESITA REFRAATÓRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 08.684.547/0001-65 - NIRE 31.300.026.485

As alterações registradas nas contas de imobilizado foram as seguintes:

	Consolidado	Controladora
Em 1º de janeiro de 2021	1.971.512	528.983
Adições	567.820	319.173
Baixas	(13.396)	(4.039)
Depreciação	(144.764)	(62.673)
Transferências líquidas entre imobilizado e intangível	(22.923)	(18.105)
Impairment	(9.113)	-
Operações descontinuadas	(798.745)	-
Em 31 de dezembro de 2021	1.550.391	763.339
Adições	321.103	162.508
Baixas	(6.329)	(1.160)
Depreciação	(133.854)	(57.192)
Transferências líquidas entre imobilizado e intangível	441	708
Constituição de reserva para reparação ambiental	7.786	-
Em 31 de dezembro de 2022	1.739.538	808.203

14 Arrendamentos

a) **Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Ativos de direito de uso				
Máquinas e equipamentos	25.682	35.594	1.882	2.964
Edificações	58.543	31.827	57.060	26.828
Equipamentos de escritório	1.469	2.881	1.041	2.190
	85.694	70.302	59.983	31.982
Passivo de arrendamento				
Circulante	27.405	33.434	15.270	19.937
Não circulante	61.374	39.384	45.519	12.357
	88.779	72.818	60.789	32.294

A movimentação dos saldos de ativo e passivo de arrendamentos encontra-se detalhada abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 1º de janeiro de 2021	71.200	73.103	9.642	9.827
Adições	47.226	47.226	37.947	37.947
Pagamentos	-	(30.699)	-	(16.739)
Amortização	(28.085)	-	(15.832)	-
Juros sobre arrendamento	-	3.409	-	1.034
Remensuração contratual	225	225	225	225
Operações descontinuadas	(20.264)	(20.446)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	70.302	72.818	31.982	32.294
Adições	53.132	53.132	51.121	51.121
Pagamentos	-	(41.056)	-	(24.592)
Amortização	(37.740)	-	(23.120)	-
Juros sobre arrendamento	-	3.885	-	1.966
Saldo em 31 de dezembro de 2022	85.694	88.779	59.983	60.789

Vencimento das prestações

	Consolidado	Controladora
	2022	2022
Menos de 1 ano		30.998
Entre 1 e 2 anos		19.404
Entre 2 e 5 anos		53.438
Valores não descontados		103.840
Juros embutidos		(15.061)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		88.779

b) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Encargos de amortização dos ativos de direito de uso				
Equipamentos, máquinas e tecnologias	14.009	13.363	4.013	3.709
Terenos e edifícios	20.681	13.585	16.954	11.187
Veículos	3.050	1.096	2.154	935
	37.740	28.044	23.121	15.831

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Encargos financeiros dos passivos contratuais				
Equipamentos, máquinas e tecnologias	310	2.412	168	204
Terenos e edifícios	3.454	952	1.713	793
Veículos	121	45	85	37
	3.885	3.409	1.966	1.034

Os arrendamentos isentos a norma somaram que impactaram o resultado da controladora foram de R\$ 16.955 no ano corrente (R\$ 12.268 no exercício anterior).

15. Intangível

	Consolidado					
	2022		2021		Taxa anual de amortização %	
	Custo	Valor líquido	Custo	Valor líquido		
Softwares e outros	104.878	(64.380)	40.498	84.166	34,424	12 a 20
Agio na aquisição de investimentos	1.316.509	(272.809)	1.043.700	1.316.508	(272.808)	1.043.700
Total do intangível	1.421.387	(337.189)	1.084.198	1.400.674	(322.550)	1.078.124

	Controladora					
	2022		2021		Taxa anual de amortização %	
	Custo	Valor líquido	Custo	Valor líquido		
Softwares e outros	97.200	(60.376)	36.824	76.529	(47.122)	29.407
Agio na aquisição de investimentos	1.316.508	(272.808)	1.043.700	1.316.508	(272.808)	1.043.700
Total do intangível	1.413.708	(333.184)	1.080.524	1.393.037	(319.930)	1.073.107

Movimentação do agio

	UGC		
	Magnesita	Dolomita	Total
Em 01 de janeiro de 2021	1.533.882	714.991	2.248.873
Impairment	-	(495.386)	(495.386)
Varição cambial	(490.182)	(219.605)	(709.787)
Em 31 de dezembro de 2021	1.043.700	-	1.043.700
Em 31 de dezembro de 2022	1.043.700	-	1.043.700

Movimentação de softwares e outros

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Em 01 de janeiro de 2021	67.329	20.398		
Adições	3.118	2.936		
Baixas	(3.257)	(2.787)		
Transferências líquidas entre imobilizado e intangível	22.923	18.105		
Amortização	(10.320)	(9.245)		
Operações descontinuadas	(45.369)	-		
Em 31 de dezembro de 2021	34.424	29.407		
Adições	18.513	18.513		
Transferências líquidas entre imobilizado e intangível	(441)	(708)		
Amortização	(11.998)	(10.388)		
Em 31 de dezembro de 2022	40.498	36.824		

15.1 Impairment de ativos não financeiros de longo prazo: Para fins de avaliação do impairment, os ativos individuais não geram entradas de caixa independentes entre si, portanto, nenhum valor recuperável pode ser apresentado para ativos individuais. Como resultado, os ativos são combinados em Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. Essas unidades são combinadas em unidades estratégicas de negócios e refletem a presença de mercado da Companhia (no nível do Grupo RHI Magnesita) e, como tal, são responsáveis pelas entradas de caixa. As UGCs são determinadas com base no grupo de ativos que podem gerar entradas de caixa independentes de outros ativos. As estruturas organizacionais do Grupo RHI Magnesita refletem essas UGCs. Além do gerenciamento e controle conjuntos das atividades de negócios em cada unidade, o know-how de vendas, o conhecimento dos relacionamentos de longa data com os clientes do Grupo RHI Magnesita e o conhecimento das instalações e processos de produção do cliente dão suporte adicional a essas unidades. O conhecimento do produto se manifesta no conhecimento orientado para a aplicação das propriedades químicas, físicas e térmicas dos produtos RHI Magnesita. Os serviços oferecidos se estendem ao longo do ciclo de vida dos produtos RHI Magnesita na planta do cliente, desde a instalação e suporte adequados das operações ideais, até o descarte ambiental correto com o cliente ou a reutilização sustentável no processo de produção do Grupo. Esses fatores determinam uma entrada significativa de caixa e, consequentemente, formam a base para as estruturas da UGC. No nível do sub-grupo Magnesita, as UGCs são: Magnesita, Dolomita e Serviços. Por outro lado, as UGCs globais do grupo se dividem nos negócios de aço industrial e extração de matéria prima. Na divisão de negócio aço o Grupo RHI Magnesita possui duas UGCs: Lining e Flow control. Essas duas unidades são determinadas de acordo com as estratégias de produção de aço. Na divisão Industrial, cada linha de negócio da indústria do vidro, cimento, metais não ferrosos e meio ambiente e energia, produtos químicos) forma uma UGC separada. Todas as instalações de produção de matérias primas são combinadas em uma única UGC. Com base no teste de impairment realizado, a nível Grupo RHI Magnesita em 31 de julho de 2022, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a recuperação do ativo foi demonstrada em todas as UGCs. As principais premissas consideradas nos testes de impairment foram as seguintes: i) crescimento projetado para cada unidade geradora de caixa, calculado com base em premissas macroeconômicas e específicas aos setores de atuação; ii) a lucratividade das operações, determinada pela experiência da Administração em cada região; e iii) taxa de desconto usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa, conforme modelos financeiros amplamente utilizados. Para o cálculo, foram utilizadas taxas de crescimento real entre 0% e 2%, que estão em linha com as taxas de crescimento dos setores siderúrgico e cimenteiro de cada unidade geradora de caixa, com o próprio

crescimento da economia e com a estratégia de crescimento em novos mercados. As taxas de desconto aplicadas às projeções de fluxo de caixa variam entre 10,98% e 12,07%, conforme o risco avaliado para cada unidade geradora de caixa. Sensibilidade a mudanças nas premissas: (i) Premissas de taxa de crescimento na perpetuidade - A Administração considerou o crescimento inflacionário constante dos fluxos de caixa do Grupo por tempo indeterminado na perpetuidade do valor terminal (VT). (ii) Taxa de desconto - A administração acredita que as taxas de desconto não devem sofrer mudanças significativas ao longo dos anos projetados, dado que não foi considerada uma reestruturação de capital que pudesse alterar a proporção do custo da proporção entre dívida/patrimônio líquido.

	Taxa de crescimento		Alíquota de IR/CS		Taxa de desconto pre-tax		Taxa de desconto post-tax		Valor recuperável		Carrying amount	
	CGU	MAGBR	2%	34%	11%	7,26%	2.854.370	2.744.266				
16 Fornecedores												
Fornecedores terceiros em reais	544.271	517.691	296.275	289.611								
Fornecedores terceiros em outras moedas	20.961	33.527	18.821	22.801								
Fornecedores partes relacionadas em reais	-	11.485	111.329	284.072								
Fornecedores partes relacionadas em outras moedas	58.034	527.523	32.191	522.011								
	623.266	1.090.226	458.616	1.118.495								

17 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Em moeda nacional - FINEP				
Taxa anual média de juros	6,55%	-	17,053	-
Circulante	-	2,414	-	-
Não circulante	-	14,639	-	-

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Em moeda nacional - FINEP				
Taxa anual média de juros	6,55%	-	17,053	-
Circulante	-	2,414	-	-
Não circulante	-	14,639	-	-

A Administração, com base em informações de seus assessores legais, constituiu provisões em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, classificadas entre curto e longo prazo de acordo com a expectativa de desfecho das discussões, conforme acima demonstrada. Adicionalmente, o Grupo tem ações de natureza tributária envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$1.180.387 (R\$ 1.317.070 Consolidado) para as quais não há provisão constituída. Os principais processos são os seguintes:

Causas de natureza tributária	Descrição	Posição	31/12/2022	31/12/2021
			Saldo	Saldo
Processo administrativo referente a Auto de Infração lavrado em 26/12/2011 para exigência de IRPJ e CSLL, no qual a Receita Federal do Brasil contesta a dedutibilidade da amortização de agio computada nas apurações dos anos-calendário de 2008 e 2009. O agio amortizado refere-se às operações de (i) aquisição de ações da Magnesita S.A. (incorporada pela Companhia) pelo Grupo GP e (ii) aquisição de sociedades no exterior cujo controle era detido pelo Grupo Rhône/LWB pela Companhia. A administração classificou a perda como possível, com base na opinião dada por consultorias jurídicas. Em 07/04/2016, a Companhia foi intimada de acórdão proferido pelo CARF que cancelou mais de 90% do Auto de Infração; entretanto, tal decisão foi objeto de recurso pela PGFN e pela Companhia, e o processo aguarda ainda julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF).		Débitos suspensos aguardando o julgamento do processo pelo CARF	408.232	385.466
Processo administrativo referente a Auto de Infração lavrado em 05/12/2016 para exigência de IRPJ e CSLL, no qual a Receita Federal do Brasil contesta a dedutibilidade da amortização de agio computada nas apurações dos anos-calendário de 2011 e 2012. O agio amortizado refere-se às operações de (i) aquisição de ações da Magnesita S.A. (incorporada pela Companhia) pelo Grupo GP e (ii) aquisição de sociedades no exterior cujo controle era detido pelo Grupo Rhône/LWB pela Companhia. A administração classificou a perda como possível, com base na opinião dada por consultorias jurídicas. Em 20/01/2020, a Companhia foi intimada de acórdão proferido pelo CARF cancelando 100% das exigências em dinheiro; entretanto, tal decisão foi objeto de recurso pela PGFN e pela Companhia, e o processo aguarda ainda julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF).		Débitos suspensos aguardando o julgamento do processo pelo CARF	195.016	181.218
Processo administrativo referente a Auto de Infração lavrado em 17/12/2019 para exigência de IRPJ e CSLL, no qual a Receita Federal do Brasil contesta a dedutibilidade da amortização de agio computada nas apurações dos anos-calendário de 2013 a 2018. O agio amortizado refere-se às operações de (i) aquisição de ações da Magnesita S.A. (incorporada pela Companhia) pelo Grupo GP e (ii) aquisição de sociedades no exterior cujo controle era detido pelo Grupo Rhône/LWB pela Companhia. A administração classificou a perda como possível, com base na opinião dada por consultorias jurídicas. Em 15/01/2020, a Companhia apresentou impugnação, julgada improcedente pela 1ª instância de julgamento da Receita Federal. Em 18/08/2021, a Companhia apresentou recurso voluntário ao CARF, onde atualmente o processo aguarda julgamento.		Débitos suspensos aguardando o julgamento do processo pelo CARF	281.252	256.033
A Companhia é parte em vários processos administrativos e judiciais nos quais a Agência Nacional de Mineração (ANM) formalizou exigências de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais ("CFEM"). A ANM argumenta que a base de cálculo da CFEM apurada pela Companhia não segue alguns aspectos da legislação, sendo o mais relevante deles o momento em que se apura o ponto de incidência da CFEM sobre o consumo de bens minerais no contexto do processo produtivo da Companhia. A partir da opinião de seus consultores jurídicos e de sua área técnica, a Companhia apresentou defesas contra todas as cobranças da ANM, conduzindo-as nas cortes administrativas e judiciais e argumentando que o momento de incidência da CFEM utilizado pela Companhia é o correto.		Débitos suspensos, aguardando julgamento de recursos no âmbito da ANM, ou garantidos judicialmente, quando os processos tramitam perante o Poder Judiciário	68.305	64.239
A Companhia foi alvo de despachos decisórios e autos de infração da Receita Federal do Brasil contestando compensações realizadas pela sociedade Partimag (incorporada pela Companhia) e por sociedades incorporadas pela Partimag em momentos anteriores à sua extinção. A Receita se recusou a homologar as compensações realizadas por contestar a existência dos créditos utilizados. Os argumentos da Receita Federal foram todos combatidos em processos administrativos e judiciais atualmente em curso, com o objetivo de demonstrar a regularidade das compensações realizadas.		Débitos suspensos, aguardando julgamento de recursos no âmbito da Receita Federal ou do CARF, ou garantidos judicialmente, quando os processos tramitam perante o Poder Judiciário	33.483	32.148
Em 2013, a Companhia recebeu Auto de Infração da Receita Federal do Brasil no qual o órgão alega que as contribuições previdenciárias referentes ao ano de 2009 não foram pagas de acordo com a legislação, porque certas rubricas de pagamentos aos seus empregados teriam deixado de ser oferecidas à tributação. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia impugnou a pretensão da Receita Federal do Brasil sustentando que as rubricas não são passíveis de tributação e, após o encerramento do processo administrativo, optou por dar continuidade à discussão perante o Poder Judiciário.		Débitos garantidos judicialmente, aguardando decisão de 1ª instância no TRF1	24.573	23.186
Em 2019, a Receita Federal não homologou compensações realizadas pela Companhia com lastro em créditos de saldo negativo de IRPJ apurados no ano calendário de 2015. A fiscalização sustentou que os créditos não foram comprovados ou não observaram as formalidades necessárias para sua validade. A partir da análise de seus assessores jurídicos, a Companhia apresentou defesa administrativa que atualmente aguarda julgamento perante as Delegacias de Julgamento da Receita Federal.		Débitos suspensos aguardando o julgamento do processo pela DRJ/RFB	17.446	16.286

Os demais processos com valores pulverizados tratam-se de várias autuações referente a diversos tributos e obrigações acessórias. Para as ações trabalhistas, o Grupo adota o critério de constituir provisões levando em consideração as reais chances de êxito dos pedidos formulados em cada caso. As principais reivindicações aduzidas nesses processos judiciais trabalhistas são: equiparação salarial, indenização por doença ocupacional, acidente de trabalho, adicional de periculosidade, insalubridade e horas extras. Por fim, o Grupo tem ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante aproximado de R\$ 102.437 para Controladora e Consolidado, para as quais não há provisão constituída. A principal ação cível é demonstrada abaixo:

Causas de natureza cível	Descrição	Posição	31.12.2022	31.12.2021
			Saldo	Saldo
Ação Civil Pública que objetiva a condenação da Magnesita em danos morais e materiais por transitir com excesso de peso, em desacordo com a legislação de trânsito. A administração classificou a perda como possível, com base na opinião dada por consultorias jurídicas, contudo, o entendimento dos tribunais de segunda instância são a favor a dos interesses da Companhia em ações com o mesmo objeto e ainda não foi julgado pelo STF qualquer ação similar, restando à Companhia, ainda, no caso de discordância da decisão em primeira instância, buscar seus interesses nas duas instâncias superiores.	A sentença foi favorável à Magnesita, julgando totalmente improcedentes os pedidos iniciais do MPF. Há, ainda, entendimento favorável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ressalta-se, contudo, que a inexistência de precedentes do STJ pode vir a dificultar a previsão do desfecho em segunda instância, motivo pelo qual se mantém o prognóstico de perda como "possível", atualizando-se o montante pleiteado pelo Autor da seguinte forma: (i) correção monetária pelo índice do TRF1 desde o ajuizamento da ação (06/04/2015); (ii) juros de 1% desde a citação (27/04/2015); e (iii) honorários de 10% sobre eventual condenação por reforma da sentença em segunda instância. Atualmente a provisão de perda consta como possível, e não provável, considerando que o STJ tem entendimento pacificado no sentido de aplicação de dano moral coletivo.		87.456	73.116

Os demais processos com valores pulverizados tratam de várias autuações referentes a diversos tributos e obrigações acessórias.

19 Obrigações pós-emprego

O Grupo patrocina planos de aposentadoria para seus empregados, cujos passivos atuariais, reconhecidos nas demonstrações financeiras para fins específicos podem ser assim demonstrados:

Descrição	Brasil		Total
	Brasil	Total	
Plano de benefício definido	125.710	125.710	
Em 31 de dezembro de 2022	125.710	125.710	
Em 31 de dezembro de 2021	131.980	131.980	

Devido ao efeitos das operações descontinuadas, as empresas investidas da Europa e EUA foram transferidas da Magnesita Refratários S.A. para a sua controladora, Dutch Brasil Holding B.V.

	Brasil	
	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente do passivo atuarial	(289.883)	(286.948)

MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 08.684.547/0001-65 - NIRE 31.300.026.485

Table with 4 columns: 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Combustíveis e energia elétrica, Despesas com pessoal, Serviços prestados por terceiros, etc.

Table with 4 columns: 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Variações monetárias e cambiais ativas, Realização de variações cambiais sobre investimentos, etc.

24.1 Obrigações de venda de insumos: Em 5 de outubro de 2016, foi divulgado fato relevante comunicando que o Grupo e o Grupo RHI chegaram a um acordo para combinar as suas operações com o objetivo de criar uma companhia líder em soluções refratárias.

de contrato oneroso, conforme requerido pela CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" representando o montante remanescente das futuras perdas inevitáveis deste contrato.

Table with 4 columns: 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Salários e encargos, Participação nos resultados.

25.2 Saldos e transações: Os principais saldos a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2022 e as principais transações realizadas durante o exercício findo naquela data, tais como de vendas, compras de serviços e produtos, envolvendo as controladas da Companhia, foram as seguintes:

Table with 6 columns: Contas e créditos a receber, Fornecedores, Mútuo a pagar, Dividendos a pagar, Vendas, Compras. Rows include RHI Magnesita GmbH, Vienna, Austria, RHI US Ltd., Wilmington, USA, etc.

Table with 6 columns: Contas e créditos a receber, Fornecedores, Mútuo a pagar, Dividendos a pagar, Vendas, Compras. Rows include RHI Magnesita GmbH, Vienna, Austria, Magnesita Mineração S.A., Brumado, Brazil, etc.

Table with 4 columns: Moeda, Taxa anual média de juros, 2022, 2021. Rows include Mútuos com partes relacionadas, Circulante, Não circulante.

Table with 4 columns: Moeda, Taxa anual média de juros, 2022, 2021. Rows include Mútuos com partes relacionadas, Circulante, Não circulante.

Table with 4 columns: 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Encargos provisionados, Variação cambial, líquida Ingressos, Amortização de principal, etc.

Table with 4 columns: 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Encargos provisionados, Variação cambial, líquida Ingressos, Amortização de encargos, etc.

Mútuos com partes relacionadas; Em 2021, a Companhia captou caixa com a controladora RHI Magnesita GmbH com prazo de 5 anos remunerados a Libor 6 meses + juros fixos de 2,3 a 3% a.a. O montante captado foi utilizado no pré-pagamento de outros empréstimos e financiamentos com o objetivo de otimização de estrutura de capital.

DIRETORIA

Wagner Sampaio Diretor

Adriana Lana Superintendente de Finanças

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Carolina Teixeira Pedra Contadora - CRC- MG-105542/O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Magnesita Refratários S.A. Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Magnesita Refratários S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Magnesita Refratários S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2181-B412-5226-3950> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2181-B412-5226-3950



Hash do Documento

N4SdJYAAJVMiujy8wgtrIAmCd62FiPhzO+BicU/O4+s=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/04/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 28/04/2023 22:41 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

